Jornal do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
JULHO 2015

Boletim Especial Nível Básico

Trabalhadores do nível básico constroem propostas para a carreira

Plenária dia 16, às 10 horas, Centro de Formação

Os trabalhadores do nível básico foram protagonistas na Campanha Salarial de 2013. O resultado foi a correção dos salários em cerca de 72% e o aumento do padrão inicial passa R$ 1.138,00. Tamanha vitória só foi possível porque eram os companheiros do nível básico que mais participavam das atividades de rua. Seja no Governo do prefeito Fernando Haddad, seja com os outros prefeitos anteriores, as nossas conquistas só são possíveis com muita mobilização e pressão. Vitórias são consequências das lutas!

Agora precisamos, de novo, recompor os nossos salários. Também precisamos de uma mudança na lei salarial para que as conquistas não fiquem defasadas por conta da inflação. Discutir a carreira de forma emergencial, também é uma necessidade dos trabalhadores. Os últimos anos foram muitas ações, realizamos 8 seminários de Agentes de Apoio do ano de 2006 para cá, com o objetivo de construir uma proposta de reestruturação da carreira dos profissionais do nível básico e alterar a Lei 13.652/03.

O Governo sinalizou reunião entre os dias 13 e 15 de julho. Portanto, faremos a plenária do nível básico no dia 16 de julho, às 10 horas, no Centro de Formação na Rua Barão de Itapetininga, 163, 2º andar, República. O objetivo na reunião com o governo é apresentar nossas reivindicações específicas e cobrarmos uma posição sobre a reposição salarial para a nossa data-base que foi maio de 2015.

Temos um Grupo de Trabalho que se reúne com regularidade para pensar em estratégias e ações. O grupo é coordenado pela secretária de finanças do Sindsep, Paula Leite, e é composto por 32 membros que representam cada um dos setores do nível básico. Esse grupo, além de organizar é responsável por mobilizar mais colegas de trabalho para novas conquistas.

Entenda os trâmites necessários durante uma campanha salarial

1ª Etapa (Negociação com o Executivo)

1º Eleições de Representantes Sindicais de Unidade (RSU) e de Conselheiros (CRR);

2º Reuniões para elaboração de pauta dos trabalhadores: Coletivos setoriais, GTs, RSUs e CRRs;

3º Aprovação da Pauta em Assembleia Geral;

4º Protocolo da Pauta no Governo;

5º Negociação nas Mesas Central e Setoriais;

6º Atos e Assembleias para pressão nas negociações e priorização das pautas, com representação de trabalhadores de cada setor;

7º Apresentação/apreciação da proposta do governo para categoria;

8º Não sendo aceitas as propostas do governo, é criado um calendário de mobilização e organização de comandos de mobilização regional e central, caso as negociações não avancem;

9º No final da negociação, é construído um protocolo com os itens negociados;

10º Negociações durante a elaboração dos Projetos de Lei até o encaminhamento para a Câmara;

2ª Etapa (Negociação na Câmara)

11º Na Câmara o PL passa por comissões: Constituição e Justiça, Finanças e Administração Pública;

12º PL vai para Plenário em 1ª votação;

13º Após primeira votação, cabem emendas ou projeto substitutivo;

14º Mobilização e visitação nos Gabinetes dos Vereadores para negociar as emendas de nosso interesse;

15º PL vai para Plenário em 2ª votação;

16º Sanção do prefeito;

17º Publicação no Diário Oficial.

Durante os vários seminários construímos uma série de propostas. Queremos dialogar com o Governo e implementar as melhorias o quanto antes. Seguem as principais:

PROPOSTAS DECORRENTES DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE OS AGENTES DE APOIO PARA REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA

• Direito de participarem de concurso de remoção, semelhante ao ocorrido em SME, de forma a possibilitar o trânsito de trabalhadores para outras secretarias;

• Promover cursos de capacitação e qualificação que possibilitem pontuação para a promoção de um nível para o outro e progressão (passagem de uma categoria para outra);

• Constar no holerite nome do cargo, de forma que seja possível garantir a identidade de cada atribuição específica correlata aos agentes de apoio;

• Garantir um processo de capacitação profissional opcional, que atenda aos interesses de cada trabalhador, executado pela PMSP;

• Cumprimento do decreto 45.869/05- 03-2005 que regulamenta a capacitação por treinamentos e cursos dos Agentes de Apoio para ser aproveitado em outras atribuições;

• Exigir que a PMSP faça capacitação contínua para os agentes de apoio, para preencher cargos vagos nas secretarias (decorrentes do fim de terceirizações de serviços), bem como assumir outras funções estabelecidas no cargo largo, proporcionando cursos de aperfeiçoamento tecnológico);

• Criar seleção anual, que possibilite que o agente de apoio realize a mudança das atividades e atribuições que lhe cabe e não cabem, proporcionando novos aprendizados;

• Redução da jornada de trabalho dos agentes de apoio de 8 horas diárias/40 semanais para 6 horas diárias/30 semanais, sem diminuição dos padrões de vencimentos;

• Premiação do servidor que se aposentar por tempo de serviço, por meio de progressão ou promoção na carreira;

• Possibilitar que os agentes de apoio aposentados tenham seus proventos aumentados, considerando-se o percentual de diferença entre o padrão de vencimentos pelo qual foram aposentados e o imediatamente superior, dentro do mesmo nível ou no nível superior, a depender de cada caso, como compensação pelo não recebimento da Gratificação de Atividade, de forma retroativa à 25/03/2011, data de criação da Gratificação de Atividade;

• Reconhecimento pela PMSP, para todas as carreiras e quadros, da contagem do tempo como servidor admitido, com a revisão dos reenquadramentos feitos, ocasionando revisão e elevação dos padrões de vencimentos.

• Estender o pagamento da Gratificação de Atendimento ao Público - GAP, criada pelo artigo 80 do PCCS de Nível Médio (Lei Municipal n.º. Lei nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004) cujo recebimento é compatível com a Gratificação de Atividade, a todos os ocupantes do cargo de agente de apoio lotados e em efetivo exercício nas unidades de atendimento.

Para os agentes de apoio lotados em SME:

• Possibilidade de transformação do cargo de Agente de Apoio lotado na SME em Agente Escolar e/ou Auxiliar Técnico de Educação (A.T.E.);

• Fim do Assédio Moral. Aplicação imediata da Lei Municipal que proíbe o assédio de trabalhadores no serviço público municipal;

• Abertura de novos concursos públicos e concursos internos;

• Fim da terceirização que prejudica a qualidade do serviço público, além da qualidade de vida do trabalhador;

• Mudança de critério de progressão e promoção, assim como ocorrem em outras carreiras para apenas 3 níveis;

• Considerar a Licença médica como efetivo exercício de trabalho;

• Bonificação por função exercida fora da carreira;

• Garantia de revisão do PCCS a cada 5 anos;

• Reabertura de opção para a carreira 13.652/03;

• Inclusão dos profissionais do HSPM, Iprem, AHM e Serviço Funerário na lei que regulamenta as funções dos profissionais do nível básico.

O Sindsep fez um levantamento junto à prefeitura sobre a lotação dos Agentes de Apoio por Secretaria (optantes e não optantes) e obteve os seguintes dados oficiais:

Secretaria/Subprefeitura	PCCS	Não Optante	Total
11 - Gabinete do Prefeito	61	2	63
12 - Sec. Municipal de Coordenação das Subprefeituras	566	8	574
13 - Sec. Municipal de Gestão	89	1	90
14 - Sec. Municipal de Habitação	40	-	40
16 - Sec. Municipal de Educação	2.621	22	2.643
17 - Sec. Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	66	2	68
18 - Sec. Municipal da Saúde	4.592	199	4.791
19 - Sec. Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	370	12	382
20 - Sec. Municipal de Transportes	26	-	26
21- Sec. Municipal dos negócios Jurídicos	173	9	182
22 - Sec. Municipal de Infraestrutura urbana	70	3	73
23 - Sec. Municipal de Serviços	59	1	60
24 - Sec. Municipal de Assist. E Desenvolvimento Social	175	4	179
25 - Sec. Municipal da Cultura	424	10	434
27 - Sec. Municipal do Verde e Meio Ambiente	233	3	236
30 - Sec. Municipal do Trab. E Empreendedorismo	51	3	54
31 - Sec. Municipal de Relações Internacionais e Federativas	1	-	1
32 - Controladoria Geral do Município	6	1	7
34 - Sec. Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	21	1	22
36 - Sec. Municipal da Pessoa com Deficiência	2	-	2
37 - Sec. Municipal de Desenvolvimento Urbano	14	1	15
38 - Sec. Municipal de Segurança Urbana	65	2	67
39 - Sec. Municipal de Promoção da Igualdade Racial	4	-	4
40 - Sec. Municipal de Relações Governamentais	1	-	1
41 - Subprefeitura Perus	116	-	116
42 - Subprefeitura Pirituba	141	2	143
43 - Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	123	15	138
44 - Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	72	1	73
45 - Subprefeitura Santana/Tucuruvi	122	1	123
46 - Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	101	1	102
47 - Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	98	1	99
48 - Subprefeitura Lapa	122	2	124
49 - Subprefeitura Sé	211	4	215
50 - Subprefeitura Butantã	103	4	107
51 - Subprefeitura Pinheiros	116	-	116
52 - Subprefeitura Vila Mariana	64	1	65
53 - Subprefeitura Ipiranga	61	2	63
54 - Subprefeitura Santo Amaro	113	1	114
55 - Subprefeitura Jabaquara	64	1	65
56 - Subprefeitura Cidade Ademar	46	2	48
57 - Subprefeitura Campo Limpo	120	3	123
58 - Subprefeitura M. Boi Mirim	58	3	61
59 - Subprefeitura Capela do Socorro	99	1	100
60 - Subprefeitura Parelheiros	58	1	59
61 - Subprefeitura Penha	150	6	156
62 - Subprefeitura Ermelino Matarazzo	97	1	98
63 - Subprefeitura São Miguel	235	5	240
64 - Subprefeitura Itaim Paulista	182	3	185
65 - Subprefeitura Mooca	108	-	108
66 - Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	59	1	60
67 - Subprefeitura Itaquera	189	12	201
68 - Subprefeitura Guaianases	217	6	223
69 - Subprefeitura de Vila Prudente	74	1	75
70 - Subprefeitura São Mateus	150	2	152
71 - Subprefeitura Cidade Tiradentes	96	-	96
72 - Subprefeitura de Sapopemba	37	2	39
78 - Sec. Municipal de Licenciamento	63	2	65
79 - Sec. Municipal de Políticas para as Mulheres	13	-	13
Total de ativos	13.408	371	13.779
Total de inativos	13.300	2.498	15.798

Após análise, identificamos que em 2006 éramos 38.000 funcionários, hoje somos apenas 13.779 profissionais na ativa. Aposentados totalizam 15.798, reflexo da falta de concursos públicos e da opção prioritária pela terceirização dos serviços na Prefeitura de São Paulo. Temos uma defasagem na ordem de 40% do quadro dos profissionais do nível médio administrativo (AGPP) que impacta diretamente nos trabalhadores do nível básico que acabam por assumir a responsabilidade de cobrir a falta de profissionais administrativos.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO
☐ Mudou-se ☐ Não Procurado
☐ Desconhecido ☐ Endereço insuficiente
☐ Recusado ☐ Não existe o nº indicado
☐ Falecido ☐ Inf.escrita p/port/síndico
☐ Ausente ☐

DATA | REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS
PRT/SP - 6502-98